

Governo marca leilão inédito de jazidas

Por Daniel Rittner | De Brasília

O governo deve publicar, até sexta-feira, a versão preliminar do edital para um leilão inédito de duas grandes áreas de mineração. Uma concentra reservas de carvão em mais de 20 hectares no município de Candiota (RS). Outra reúne jazidas com presença de zinco, chumbo e cobre em um polígono de 5,5 hectares em Palmeirópolis (TO). Existem indícios de que ouro, prata e cádmio também podem ser explorados.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), rebatizada como Serviço Geológico do Brasil, ficará responsável pela licitação e vai abrir consulta pública por quase 30 dias para receber sugestões de aperfeiçoamento do edital. O calendário desenhado em conjunto com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) prevê que o leilão seja realizado entre os dias 13 e 17 de dezembro. Antes, será necessário obter sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU).

O leilão marcará a estreia do modelo em que o governo, por meio da CPRM, oferece ao mercado o direito de exploração de áreas das quais possui título minerário e conhecimento geológico. Haverá cobrança de um bônus fixo de assinatura no valor total de R\$ 3,4 milhões. Vencerá quem se

comprometer com a maior porcentagem de royalties sobre a produção das jazidas. Os contratos terão durações distintas, mas ambos poderão ser renovados sucessivamente até o esgotamento das reservas.

No caso de Candiota, a vigência é de 25 anos. A área foi dividida em quatro lotes separadamente. O bônus total está fixado em R\$ 3,13 milhões e a alíquota mínima para pagamento de royalties é de 4%. Para a área em Palmeirópolis, em lote único, a minuta de edital prevê bônus de R\$ 300 mil e pelo menos 2% de royalties. À cobrança de royalties, que serão destinados para a CPRM, soma-se ainda o recolhimento da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (Cfem) - encargo repartido entre municípios, Estados e União.

O que se vai leiloar, formalmente, é a "promessa de cessão" dos direitos minerários. Nos dois contratos, a partir da assinatura do contrato, o vencedor terá um prazo de 18 meses para investir recursos próprios em pesquisa complementar das jazidas. Se tiver identificado potencial de exploração e decidir levar a pesquisa adiante, ele paga um "prêmio de oportunidade". Abre-se, então, novo prazo de 18 meses para a conclusão do trabalhos ou para a devolução do ativo. Mais um pagamento deverá ser feito caso o empreendedor resolva seguir em frente. O valor acumulado

dos prêmios chega a R\$ 11,4 milhões.

A promessa de cessão transforma-se efetivamente em transferência definitiva de titularidade das áreas apenas ao final de todo esse processo, quando se entrega um relatório final de pesquisa à Agência Nacional de Mineração (ANM) e um plano de beneficiamento dos minérios. É quando se inicia também a busca pelo licenciamento ambiental das jazidas.

As áreas que vão ser leiloadas agora fazem parte de um extenso banco de pesquisas feitas pela CPRM principalmente nas décadas de 1970 e 1980. A estatal detém hoje em torno de 370 títulos minerários, com maior ou menor riqueza de conhecimento geológico. Desde o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, havia a intenção de colocar essas áreas em oferta para o mercado, mas esses planos nunca avançaram, em meio às discussões sobre um novo marco regulatório do setor.

Em setembro de 2016, já na gestão Michel Temer, quatro grandes áreas minerais foram incorporadas ao PPI. Mas a contratação de uma empresa independente para fazer estudos técnicos e valorar os depósitos demorou. Os próprios estudos precisaram de refinamento. Com isso, o edital sai com mais de um ano de atraso. Além das duas





reservas que vão ser licitadas em dezembro, uma área de cobre em Bom Jardim (GO) e outra de fosfato em Miriri (PE-PB) haviam sido apontadas como prioridades.

O geólogo Márcio Remédio, coordenador dos procedimentos licitatórios na CPRM, explica que a ideia é continuar oferecendo ao mercado reservas a partir do ano que vem. Depósitos de ouro, diamante e caulim também estão na lista de áreas potencialmente viáveis. "Independentemente do sucesso deste primeiro leilão, vamos dar continuidade ao processo."

O cronograma da licitação prevê a assinatura dos contratos em junho de 2019. Na avaliação do geólogo, a reserva em Palmeirópolis tende a

despertar mais interesse dos investidores porque o leque de empresas atuando com esse conjunto de metais é maior no Brasil. Para os lotes de Candiota, ele avalia que o número de atores é menor, mas está otimista com o leilão.

A exploração de carvão no Rio Grande do Sul atende especialmente à demanda das usinas térmicas instaladas na região, em setor (energia elétrica) que depende de contratos de fornecimento para compra de insumo. Além disso, só poderão entrar grupos ou empresas com pelo menos 51% de capital nacional, já que se trata de área a menos de 100 quilômetros da fronteira. Nesse caso, a participação de estrangeiros como majoritários é vetada.

Mina de oportunidades

Áreas que serão leiloadas

Lotes	Estância da Glória	Arroio Pitangueira	Seival II	Arroio dos Vimes	Palmeirópolis
Localização	Candiota (RS)	Candiota (RS)	Candiota (RS)	Candiota (RS)	Palmeirópolis (TO)
Potencial	Carvão mineral	Carvão mineral	Carvão mineral	Carvão mineral	Zinco, cobre, chumbo
Bônus de assinatura (R\$ mil)	984	682	838	627	300
Prêmio de oportunidade (fase 1 - R\$ milhão)	1,641	1,137	1,397	1,045	0,5
Prêmio de oportunidade (fase 2 - R\$ milhão)	1,641	1,137	1,397	1,045	1
Investimento mínimo em pesquisa (R\$ milhões)	1,915	3,7	4,549	6,137	12,077
Royalty mínimo (%)	4	4	4	4	2

Fonte: CPRM



Secretário quer sanar pendências da infraestrutura este ano

Por Daniel Rittner | De Brasília

O governo pretende acatar integralmente os ajustes determinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no edital da Ferrovia Norte-Sul e busca acelerar trâmites para que o leilão de 13 aeroportos possa ocorrer em dezembro, sem "escorregar" para 2019.

As afirmações são do secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos, que estabelece como objetivo o encaminhamento - publicação de edital ou realização do certame - de 51 projetos até o fim deste ano.

Ele espera avanços importantes na área de ferrovias em agosto. No dia 1º, segundo Vasconcelos, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverá abrir audiência pública sobre a renovação antecipada das duas concessões da Vale: a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Em troca das prorrogações, o governo exigirá a construção de um trecho de 383 quilômetros de ferrovia entre os municípios de Água Boa (MT) e Campinorte (GO), com um orçamento estimado em torno de R\$ 4 bilhões.

A audiência pública tem duração prevista de 45 dias. Servirá, diz Vasconcelos, para demonstrar detalhadamente os cálculos que baseiam o processo de renovação das concessões e para rebater as críticas de que o governo tem subestimado as contrapartidas exigidas. Uma observação, em especial, recebe resposta do secretário: a do economista Bernardo Figueiredo, idealizador do primeiro plano de concessões da ex-presidente Dilma Rousseff, que criticou a atual gestão em entrevista publicada no Valor.

Para Figueiredo, o governo negocia mal com as concessionárias e poderia arrancar compromissos muito mais ambiciosos de obras. Vasconcelos devolve: "Tudo o que ele fala merece nossa reflexão. É um especialista da área e isso será internalizado. Mas o momento para reflexão é a audiência pública. Os cálculos serão totalmente abertos e ficarão transparentes para a sociedade. Vamos aprimorar o processo e o TCU fará o acompanhamento. Tudo será devidamente corroborado - ou não - pelo controle externo".

De acordo com o secretário, ainda na primeira quinzena de agosto, a ANTT mandará ao tribunal de contas sua proposta final para a prorrogação do contrato da Malha Paulista pela Rumo. O aval da corte é o último passo antes da assinatura

do contrato, que destravaria investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões, permitindo dobrar a capacidade de transporte de carga pela rede que atravessa São Paulo.

Vasconcelos prevê a conclusão dos processos da Rumo Malha Paulista, da EFC e da Vitória-Minas até o fim deste ano. Ficariam provavelmente para mais adiante, a depender do próximo governo, as renovações da MRS Logística e da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Quanto à Norte-Sul, que deve ser leiloada no quarto trimestre, as mudanças determinadas pela TCU são vistas com tranquilidade. "Todas as recomendações da área técnica do tribunal serão acatadas *ipsis literis*", promete o secretário, incluindo a assinatura de termos aditivos com as atuais concessionárias para garantir o direito de passagem e o acesso aos portos dos trens provenientes da Norte-Sul nas demais malhas.

Uma das principais entregas do programa de concessões nesta reta final de mandato do presidente Michel Temer deve ser o leilão de 13 aeroportos. Eles foram divididos em três blocos regionais e é necessário fazer uma corrida contra o relógio para evitar que a disputa seja realizada somente no próximo ano. Na segunda-feira, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) enviou ao TCU sua proposta de





versão definitiva do edital, após sugestões recebidas em consulta pública.

Para acelerar os procedimentos e garantir a licitação em dezembro, o governo se dispõe a encurtar o intervalo entre a publicação do edital e a realização da disputa. Uma das promessas de Temer para garantir mais concorrência nos leilões era dar um prazo de 100 dias entre uma coisa e outra. Assim, investidores teriam mais tempo para fazer seus estudos e preparar seus lances.

Desta vez, cogita-se um intervalo em torno de 70 dias entre o lançamento do edital e o leilão dos aeroportos. "Já existe um diálogo prévio [com os investidores], a dinâmica é outra, o ambiente mudou", justifica Vasconcelos. "Não é uma flexibilização com o mero objetivo de antecipar. A preferência dos investidores é ter o leilão ainda neste ano."

A equipe do PPI fez reunião com 12 grupos - entre eles estava a suíça Zurich, a espanhola Aena, as francesas Vinci e ADP, a alemã Fraport e a argentina Corporación América - e vê interesse firme nos três blocos oferecidos: Nordeste (Recife e outros cinco terminais), Mato Grosso (liderado por Cuiabá) e Sudeste (Vitória e Macaé).

Os leilões de duas rodovias, cinco terminais portuários e dez lotes de linhas de transmissão também estão entre as entregas daqui até o fim do ano. Para Vasconcelos, isso mostra que o PPI deu certo como um órgão central de governança das concessões e privatizações, que faz a ponte entre vários atores: ministérios setoriais, agências setoriais e instituições financeiras - uma função que vai muito além, por exemplo, à do BNDES. Também atua como principal "balcão" de diálogo com o mercado.

BNDES tem desembolso mais fraco em quase 20 anos

Por Rafael Rosas e Alessandra Saraiva | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve este ano o pior volume de desembolsos entre janeiro e junho para um primeiro semestre neste século. O desempenho da instituição reflete a dificuldade de recuperação da economia brasileira e os problemas encontrados no início do ano na mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para a Taxa de Longo Prazo (TLP). Entre janeiro e junho, o banco de fomento emprestou R\$ 27,8 bilhões, acima apenas dos R\$ 20,9 bilhões dos seis primeiros meses de 2000.

O montante ainda fica 17% abaixo dos R\$ 33,5 bilhões desembolsados no primeiro semestre do ano passado. Um alento veio das consultas, que subiram 3,5% na comparação com os seis primeiros meses de 2017, para R\$ 49,7 bilhões. Já os enquadramentos somaram R\$ 47,5 bilhões, aumento de 9,19% ante primeiro semestre de 2017 e as aprovações atingiram R\$ 30,3 bilhões, 10,08% abaixo de igual período no ano passado.

Para o chefe do Departamento de Pesquisa Econômica da Área de Planejamento Estratégico da instituição, Fábio Giambiagi, o ritmo de queda dos desembolsos já

arrefeceu no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano. Ele ressalta que esse recuo no primeiro trimestre ante o primeiro trimestre de 2017 foi de 26%, enquanto no segundo trimestre - na comparação com igual período do ano anterior - foi de 10%.

"Tivemos uma mudança importante na TLP, o que num primeiro momento envolveu certa contenção dos desembolsos porque houve uma necessidade de adaptação", diz Giambiagi, ressaltando que as operações já voltaram à normalidade. "Mas o baque vai ficar nas estatísticas do banco até o fim do ano", acrescenta.

Giambiagi diz ainda que três elementos atrapalharam a recuperação da economia do país, refletindo diretamente na disposição dos empresários para tomar empréstimos no banco de fomento: o estresse eleitoral, a alta das taxas de juros no exterior e a greve dos caminhoneiros. Para ele, a economia em junho "começou a recuperar, com indicadores bons".

Giambiagi diz que a economia está "relativamente arrumada", pronta para avançar quando houver maior demanda por investimentos no país. "Os empresários estão em modo de espera. Eu diria que o 'boom' de desembolsos virá em 2020. Agora tem altos e baixos", ressalta.

Giambiagi também chama a atenção para o aumento da participação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) na composição dos empréstimos do banco. No primeiro semestre foram R\$ 13,5 bilhões liberados para o segmento, 48,6% do total emprestado no período. Entre janeiro e junho de 2017, as MPMEs haviam recebido R\$ 13,3 bilhões, 39,7% do total.

"Queremos brigar contra essa marca associada ao banco como o banco das grandes empresas. Nos últimos tempos viramos o banco das MPMEs", diz Giambiagi.

Outro ponto de destaque no primeiro semestre foram os R\$ 11 bilhões destinados à infraestrutura, ou 39,7% do total emprestado. Já a indústria recebeu R\$ 5,109 bilhões, 18,4% do total, embora as consultas ao setor tenham subido 65%, para R\$ 16,9 bilhões devido a uma consulta específica em abril no setor de material de transporte.

"Esperamos que, entre 2015 e 2025, os carros-chefe do banco sejam a infraestrutura e as MPMEs", afirma o chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas.

Os dados exclusivos de junho também mostram queda nos desembolsos. Os R\$ 5,529 bilhões do mês passado ficaram 22% abaixo dos R\$ 7,091 bilhões de maio e





8,62% aquém dos R\$ 6,051 bilhões de junho do ano passado. O desempenho em junho também foi o menor para o mês desde 2000.

Neste caso, a infraestrutura foi um dos segmentos que mais contribuíram para o desempenho negativo de liberações. No mês, os desembolsos para o setor somaram R\$ 1,909 bilhão, 46,4% abaixo de maio de 2018 (R\$ 3,562 bilhões); e 2,84% inferiores ao de junho de 2017 (R\$ 1,965 bilhão).

Em termos de consultas, foram R\$ 7,738 bilhões no mês passado, 39,3% abaixo dos R\$ 12,756 bilhões de maio e 27,4% a menos que os R\$ 10,672 bilhões de junho do ano passado. Para as consultadas, foi o pior mês de junho desde 1997.

Em 12 meses, os desembolsos

também mostram queda nas principais comparações. Entre julho do ano passado e junho deste ano, foram liberados R\$ 66,6 bilhões pelo banco, queda de 0,77% ante os R\$ 67,2 bilhões dos 12 meses encerrados em maio. Na comparação com o período de 12 meses encerrado em junho do ano passado, a que é mais expressiva, com um recuo de 22,6% ante os R\$ 86,2 bi dos 12 meses terminado naquele mês.

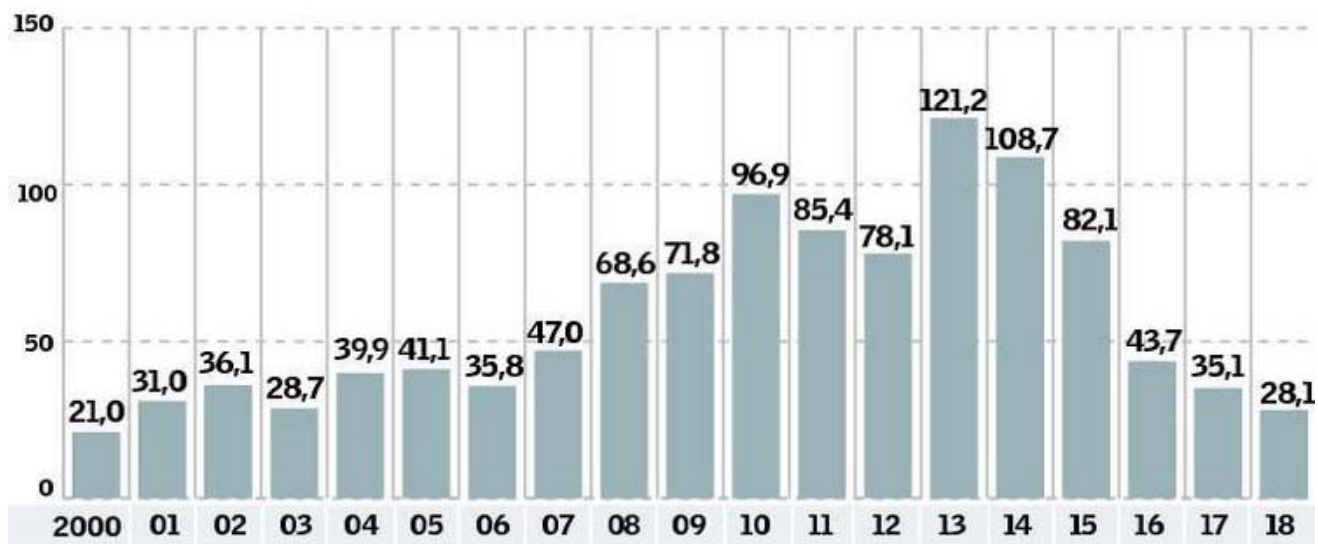
Em relação à infraestrutura, os R\$ 26,3 bilhões desembolsados nos 12 meses encerrados em junho significaram queda de 0,21% ante os 12 meses encerrados em maio. Já na indústria foram liberados R\$ 13,5 bilhões nos 12 meses encerrados no mês passado, uma alta de 2,06% ante os R\$ 13,2 bilhões emprestados pelo banco entre julho de 2016 e junho do ano passado.





BNDES

Desembolsos nos primeiros semestres - R\$ bilhões*



Fonte: BNDES. Elaboração: Valor Data. * A preço constantes de jun/2018

Embate na gestão Temer coloca em dúvida R\$ 5 bilhões para a educação

Questão é se orçamento do MEC deste ano será repetido em 2019 com ou sem a inflação acumulada

Paulo Saldana

São Paulo- Uma disputa dentro do governo Michel Temer, entre a área econômica e o Ministério da Educação, ameaça a manutenção de recursos da educação para 2019. A equipe econômica sugere o veto de trechos do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019 — um deles pode representar R\$ 5 bilhões amenos.

Alei (chamada de LDO) foi aprovada no último dia 12 e serve de base para a elaboração do orçamento do ano que vem, definindo metas e prioridades do governo federal.

Temer tem até a segunda semana de agosto para sancioná-la, com ou sem vetos.

Um dos artigos da LDO estipulou que as despesas do Ministério da Educação em 2018 sejam, no mínimo, igual ao aprovado na Orçamento de 2018 e corrigidas pela inflação.

Trata-se de uma deliberação,

segundo fontes do MEC, que traz mais segurança aos programas da pasta. Sobretudo no contexto de teto de gastos federais, a partir da Emenda Constitucional aprovada por Temer em 2016.

Com base em projeção do Ministério do Planejamento de redução de 23,68% nas despesas discricionárias (aqueles gastos de livre escolha dos gestores) de 2019, o veto a esse artigo pode impactar em uma perda de R\$ 5 bilhões.

A estimativa obtida pela Folha foi calculada por técnicos do próprio governo.

Esse valor equivale a cerca de 22% do total do gasto de livre escolha do MEC. O que, portanto, não leva em conta as despesas obrigatórias (como a folha de pagamento).

"[A manutenção do artigo que incorpora a inflação] manterá o nível de recursos destinados à educação", defendeu o MEC em nota. A pasta ressaltou manter diálogo com a área econômica.

"O MEC atuou junto ao Congresso demonstrando importância da aprovação da LDO 2019 para a área da educação."

Programas como o do Livro Didático, que distribui obras a todas as escolas dopais, estão no âmbito dos gastos discricionários. Caso haja o veto, o MEC avalia que "importantes programas poderão ser afetados". A manutenção do orçamento pode representar, segundo a pasta, a manutenção de obras e programas como o de alfabetização e de educação integral.

Mantida como está, a atualização do orçamento pela inflação resultaria em mais R\$ 4,1 bilhões. O orçamento global do MEC é de R\$ 144,2 bilhões neste ano.

Organizações como a Andifes (de dirigentes da universidades federais) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) já se posicionaram pela manutenção do texto referente à educação.

Segundo Olavo Nogueira Filho, diretor de Políticas Educacionais do Movimento Todos Pela Educação, é importante reconhecer que o momento econômico do país é complexo. Mas é necessário lidar com prioridades.

"Não temos um cenário trivial, mas os recursos da educação, principalmente da educação básica,





têm de ser entendidos como investimento", diz Olavo. "Não haverá retomada de crescimento econômico se não formos capazes de melhorar a qualidade da educação básica."

Ele ainda ressalta outro fato: a educação têm sofrido com cortes nos últimos anos.

Considerando apenas os recursos da educação que não são carimbados, houve uma perda de real de R\$ 14 bilhões de 2015 a 2018 na educação.

A fatia da educação sobre o total desse tipo de gasto também caiu: era de 20% em 2015 e atingiu 16% neste ano.

As despesas federais em educação básica, por exemplo, tiveram queda de 11% de 2015 a 2017. Essa variação foi mais que o dobro da educação superior e profissional no período, de 5%.

O Congresso incluiu na LDO o PNE (Plano Nacional de Educação) como prioridade orçamentária, mas a manutenção desse ponto também não está garantida. A priorização de metas do plano, aprovado em 2014, foi vetada por Temer nos orçamentos de 2017 e 2018.

O país já não alcançou metas parciais do PNE previstas para 2016, como, por exemplo, incluir todas crianças e jovens de 4 a 17

anos na escola. Calcula-se que 2,5 milhões de crianças e jovens estejam fora da sala de aula ainda hoje.

Mantida a falta de prioridade com relação ao plano, o país também não alcançará as metas até 2024. O PNE prevê, por exemplo, maior protagonismo federal no financiamento à educação.

Outros artigos aprovados na LDO impactam na educação. Quatro deles tratam de emendas parlamentares destinadas à área. Um dos itens define que, das seis emendas de bancada, uma terá de ser para a educação. A Folha apurou que o MEC teme o veto.

Questionado, o Ministério do Planejamento diz que eventuais vetos são prerrogativas do presidente e que não faz comentário sobre essa questão.

Como a Folha publicou na semana passada, a equipe econômica já sinalizou que quer convencer Temer a vetar a inclusão de outro trecho da LDO referente à educação, que permite que receitas próprias obtidas por universidades federais fiquem fora do cálculo do teto de gastos. Essa receita própria (vinda de convênios, taxas, alugueis etc) soma R\$ 1 bilhão no ano.

A área econômica entende que a medida fere a constituição, porque o recurso seria considerado primário.



Orçamento da educação em risco

Governo Temer pode vetar artigos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019 que beneficiam a área

R\$ 5 bilhões

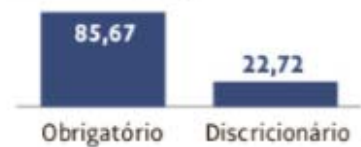
é a previsão de perda para a Educação em 2019 caso o governo vete artigo de correção do Orçamento pela inflação

22%

é a queda em relação aos gastos discricionários de 2018, que são aqueles de livre escolha do gestor e não estão carimbados

Orçamento do MEC em 2018

Em bilhões de R\$



Orçamento discricionário do Ministério da Educação

Em bilhões de R\$*



Queda de despesas entre 2015 e 2017



Programas em risco

- Obras da educação, como creches
- Programa de alfabetização
- Programa Mais Educação, de ensino integral

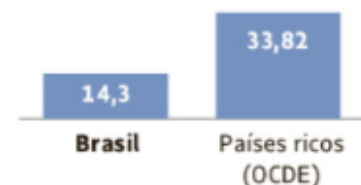
Investimento público em educação

% do PIB



Gasto médio anual por aluno no ensino fundamental e médio em 2015

Em milhares de R\$

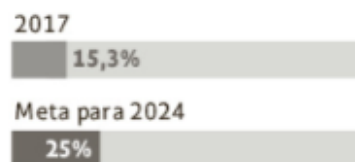


Realidade e metas

Crianças de 4 a 5 anos na escola



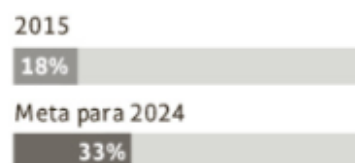
Alunos em tempo integral



Jovens de 15 a 17 matriculados



Jovens de 18 a 24 na universidade



2,5

milhões de crianças e jovens estão fora da escola

52%

é o rendimento médio dos professores de educação básica na comparação com a média dos profissionais com a mesma escolaridade

39,7 milhões

de crianças e jovens estudam em escolas públicas no Brasil

*Corrigidos pelo IPCA (jun.2018) Fontes: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019; Tesouro Nacional; Relatório de Monitoramento do PNE/Inep; OCDE; Mosaico Orçamentário DAPP-FGV; Ministério da Educação; IBGE